

O papel da imprensa escrita na defesa do programa de desestatização do Governo Figueiredo (1979-1985)

The role of the written press in defense of the privatization program on Figueiredo Government (1979-1985)

Valesca de Souza Almeida¹

Resumo: A mídia desempenhou papel significativo na legitimação de propostas econômicas, políticas ou sociais no Brasil do século XX. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a atuação da grande imprensa escrita na divulgação e defesa entusiasta do programa de desestatização de empresas colocado em prática pelo último governo da ditadura militar, do general João Baptista Figueiredo. O posicionamento estimulador de tal projeto foi importante na tentativa de construir consensos no sentido da aceitação do diagnóstico através do qual se entende que, para melhorar a economia, seria fundamental diminuir os gastos e enxugar o Estado. Iniciada ainda na ditadura, a defesa destes ideais avançou depois da transição política e pode ser compreendida como uma continuidade entre os regimes.

Palavras chave: grande imprensa, ditadura militar brasileira, governo Figueiredo (1979-1985)

Abstract: The media played a significant role in legitimizing economic, political or social proposals in the 20th century in Brazil. This work aims to demonstrate how the written press played a strong protagonism in the dissemination and enthusiastic defense of the privatization program put in place by the last military dictatorship government, under General João Baptista Figueiredo. Such position was important to build consensus in the sense of accept the diagnosis that understand the reducing State expenses how crucial to improve the economy. Initiated during the dictatorship, the defense of these ideals advanced after the political transition and can be understood as a continuity between the regimes.

Key-words: mass media, brazilian military dictatorship, Figueiredo government (1979-1985)

As relações entre mídia e sociedade em um mundo democrático são complexas. Há autores que defendem notórias potencialidades nas funções da mídia em uma democracia. Um bom exemplo neste sentido pode ser visto na discussão sobre o conceito de opinião pública. De acordo com Ignácio Ramonet, a opinião pública tal como a chamamos hoje surgiu na segunda metade do século XIX, período em que se consolidava a imprensa massiva. Para ele:

A imprensa faz, constrói, cria opinião pública. Como diz Pierre Bourdieu, ‘a opinião pública não existe, ela é o reflexo dos meios de comunicação’; se não existisse comunicação de massa, não haveria opinião pública, e sim pressupostos ou crenças. A opinião pública pressiona os poderes legítimos e, além disso, transmite a eles seu descontentamento ou sua desaprovção em relação a tal ou qual medida, sendo um agente indispensável para o bom funcionamento da democracia atual (RAMONET, 2013, p. 65)

¹ Estudante do curso de doutorado em História na Universidade Federal Fluminense e professora do Colégio Pedro II.

Os meios de comunicação são assim importantes espaços ideais de discussão, reflexão, divergência e oposição a valores instituídos. É através também deste viés que se estabelece a ideia de imprensa como quarto poder em um regime democrático. Ainda segundo Ramonet, “ele é uma espécie de contrapoder, um contrapeso aos poderes legítimos na democracia” (RAMONET, 2012, p.65).

Tal potencialidade, no entanto, pode não se realizar desta forma e a imprensa pode deixar de ser um lugar para o debate, o diverso, o contrapeso, a crítica dos outros poderes no que eles possuem de deveres institucionais. No lugar disso, podem se destacar veículos de comunicação destinados à construção de consensos, divulgação e defesa de interesses particulares. Ao invés de uma imprensa plural, em que houvesse espaço para o contraditório, a denúncia dentro da legalidade e da ética, e a diversidade de interesses, triunfa uma imprensa que tem uma prática social informada pelo lugar em que é desenvolvida e pelo patrocínio que recebe, fazendo a opinião de um grupo ser tomada como “pública”, de maneira genérica, uma vez que se impõe subjetivamente como a dominante, conforme enunciou Jürgen Habermas (1990, p.193). Travestida de representante dos interesses gerais e de expressão da “opinião pública”, esta opinião dominante vai consolidando interesses de grupos específicos que, invariavelmente, possuem maior poder econômico e político na sociedade da qual fazem parte.

É também por isso que Raymons Williams defendeu que os meios de comunicação são meios de produção, sendo o seu produto principal a conformação social. Estes meios, localizados no tempo e no espaço, estão diretamente subordinados ao desenvolvimento histórico e, portanto, relacionados com as disputas e as relações de força de sua época. Em cada contexto, quem domina elementos importantes de uma estrutura de poder consegue produzir mais e divulgar melhor também seus interesses, fazendo parecer que estes são os interesses coletivos de toda a sociedade. Aqueles que possuem os meios de produção da comunicação conseguem ampliá-los, e, como consequência, o que se vê é que algumas vozes são amplificadas, enquanto, seletivamente, outras não:

Há uma relação razoavelmente direta e importante entre os poderes relativos de amplificação e de duração e a quantidade de capital em sua instalação e uso. É obviamente muito mais fácil estabelecer um monopólio capitalista ou de capitalismo de Estado com a radiodifusão do que com o uso de megafones. Tais monopólios ainda são de importância social e política crucial (WILLIAMS, 2011, p. 77)

Trata-se, portanto, também de capacidade de investimento e inovação, de poder econômico. É desta forma que, como afirma Ignácio Ramonet, os poderes midiáticos foram progressivamente confiscados pelo poder econômico e financeiro e o quarto poder deixou de ser um contrapoder,

tornado-se “um poder complementar para oprimir ou manter a sociedade no estado atual de coisas”. (RAMONET, 2013, p. 65)

É assim que a mídia vem participando ativamente de processos históricos, sobretudo no século XX brasileiro. Seu poder de influência massivo não pode ser desprezado. Ao contrário, se quisermos entender bem a história republicana recente no Brasil, é necessário ter atenção à maneira como os meios de comunicação atuaram.

É sabido que a forma pela qual um evento é transmitido pela imprensa, ou seja, a maneira como a imprensa seleciona as informações que irão compor a notícia e atribui importância a um aspecto da realidade em detrimento de outros, determina a apreensão do público. Muitas vezes, é a partir de uma perspectiva traçada pelos veículos de comunicação que o leitor/espectador é levado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos acontecimentos. A força da imprensa vai ainda mais além, a ponto de se poder falar em autonomia, quando se considera sua capacidade de encaminhar o debate sobre determinados temas, de formular e impor uma agenda, e dessa forma interferir no rumo dos acontecimentos, obrigando outros atores ou instituições a se posicionar. Muitas vezes, realmente, pode-se dizer que, sem a participação da imprensa, o desfecho de um determinado processo ou acontecimento poderia ser totalmente diferente (ABREU, 2004, p. 15).

Tal força da imprensa pode, em última instância, no lugar de contribuir para a construção e o aprofundamento de um mundo mais democrático, atuar contra a democracia, participando de processos cujo desfecho seja, inclusive, o estabelecimento de ditaduras no lugar de regimes democráticos. Foi o que aconteceu, por exemplo, na deposição do presidente João Goulart, em 1964, no Brasil, quando se instaurou uma ditadura militar que acabou perdurando por 21 anos.

Alguns jornais da grande imprensa tiveram importante papel de apoio ao golpe, divulgando em suas páginas opinião que dizia ser necessária uma intervenção militar para reestabelecer a ordem, considerada então perturbada no governo Goulart. São conhecidos os editoriais de jornais como O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã exigindo o afastamento do presidente em fins de março de 1964 ou em comemoração pela efetividade do golpe no início do mês seguinte. Junto a estas opiniões, notícias que enfatizavam problemas econômicos e administrativos também ocupavam relevante espaço nestes periódicos, agravando a sensação de crise do governo deposto.

Marcos Napolitano, em seu artigo “A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)” definiu como grande imprensa naquele contexto os jornais e revistas ligados a corporações comerciais, de tradição liberal e de grande circulação social. Segundo o autor, estes veículos exerciam muita influência entre o empresariado e a classe média das duas principais cidades brasileiras - Rio de Janeiro e São Paulo. Revelando-se bastante importantes na formação da “opinião pública” nacional, esta grande imprensa nunca chegou a romper globalmente com a ditadura, fazendo

apenas críticas pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, quando as fazia (NAPOLITANO, 2017, p. 347-348).

Não obstante a censura que existiu, principalmente, após o Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, a grande imprensa nacional das décadas de 1960 a 1980 frequentemente colaborou com a ditadura ou praticou a autocensura, evitando o confronto com militares ou censores e, por vezes, apoiando o regime instituído. Houve exceções, como o jornal *Correio da Manhã* que, apesar de ter manifestado claro apoio ao golpe em 1964, começou a se distanciar do governo militar após o AI-5 e denunciar as arbitrariedades cometidas (ABREU, 2004, p. 25).

Mas, os trabalhos de Beatriz Kushnir (2004) demonstram que parte da imprensa esteve alinhada à barbárie, colaborando com o Estado autoritário. No jornal em que concentrou sua pesquisa - *Folha da Tarde* - por exemplo, havia jornalistas e editores intimamente relacionados com o círculo policial repressivo, publicando versões de notícias que estavam de acordo com o ideário autoritário oficial. Tais colaboradores, conceituados por ela como “cães de guarda”, venderam à sociedade uma imagem que a autora chama de errônea, mas que também é possível qualificar como parcial ou de acordo com os interesses defendidos pela ditadura e pelos grupos sociais que a apoiavam.

O que se verifica também a partir daí é que, ao longo da ditadura, a propriedade dos meios de comunicação de grande circulação experimentou um processo de concentração. Cecília Rabello Duarte analisou a imprensa escrita no início da década de 1980. Em seu artigo “Imprensa e Redemocratização no Brasil”, de 1983, demonstrou que a modernização no setor jornalístico e “sua consolidação em bases industriais altamente sofisticadas asfixiaram os jornais economicamente fracos e politicamente inconvenientes” (DUARTE, 1983, p. 187).

Como um exemplo de sua afirmação, a autora cita dados do Boletim da Associação Brasileira de Imprensa, de 1952, e do Anuário Brasileiro de Mídia 79/80, através dos quais é possível ver que, no Rio de Janeiro, em 1952, existiam 26 jornais diários, entre matutinos e vespertinos. Já no início da década de 1980, estes totalizavam apenas dez. O mercado brasileiro jornalístico era também concentrado regionalmente: a produção era centralizada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, não só porque estas cidades contavam com os veículos de maior circulação, mas também porque o que ali era produzido exercia influência em jornais de outros lugares: “A coluna do jornalista Carlos Castello Branco, do *Jornal do Brasil*, uma das mais importantes do jornalismo político brasileiro, é reproduzida por mais de 20 jornais regionais” (DUARTE, 1983, p. 188). Este exemplo é significativo, pois demonstra como a mídia impressa que mais circulava estava concentrada em poucos pontos de vista, que, por sua vez, não contrariavam profundamente os interesses do grupo social a que pertenciam seus poucos donos.

Sendo assim, neste contexto da década de 1980, ainda segundo Cecília Duarte, havia apenas cinco grandes jornais no Brasil: O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde e Folha de São Paulo em São Paulo, e Jornal do Brasil e O Globo no Rio de Janeiro. Além disso, somente duas editoras publicavam revistas de repercussão nacional, a Editora Abril de São Paulo e a Editora Bloch no Rio de Janeiro. Estas empresas jornalísticas eram familiares e, por isso, para Beatriz Kushnir, podem ser vistas como "clãs, feudos, oligarquias" (KUSHNIR, 2004, p. 80).

Mas, apesar de familiares, a lógica empresarial que passou a ser adotada fez triunfar os interesses econômicos:

A inserção da empresa jornalística no mundo dos grandes negócios levou os jornais a um rápido processo de despolitização, contrariando a tradição da imprensa brasileira que foi, até pelo menos meados da década de 60, essencialmente engajada. As empresas jornalísticas têm hoje importantes e diversificados interesses econômicos, que precisam ser preservados, em detrimento de interesses e ideais políticos (DUARTE, 1983, p. 188).

Desta forma, a colaboração de parte da imprensa com a ditadura não foi feita apenas nos assuntos relacionados ao aparato repressivo, mortes e torturas. Havia interesses destes empresários donos de jornais que estavam de acordo com políticas específicas implementadas pelos governos militares. Nestes casos, seus periódicos trataram de fazer ampla divulgação, enfatizando estes temas em suas páginas. É o que se pode verificar, por exemplo, com o assunto das desestatizações de empresas que ocorreram no último governo da ditadura militar, presidido pelo general João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Em 15 de julho de 1981, foi publicado o decreto nº 86.215, que estabelecia regras para transferência, transformação e desativação de empresas controladas pelo governo federal. No início do texto, estava escrito que o motivo para a publicação era o firme propósito de acelerar as privatizações. Buscava-se, então, definir claramente os procedimentos e as empresas que poderiam sair do controle público para fortalecer o sistema da livre iniciativa, consolidar a grande empresa privada nacional e conter a "criação indiscriminada de empresas estatais" (BRASIL, Decreto 86.215/1981). Era uma tentativa de reforçar o entendimento de que a organização e a exploração das atividades econômicas deveriam ser feitas de preferência pelo setor privado, sendo o Estado seu estimulador e apoiador, mas nunca um concorrente. Desestatização era uma palavra usada como um sinônimo de privatização: venda de empresas ou de parte de suas ações que estavam sendo controladas pela União ou por seus órgãos. Mas, não apenas, poderia também assim ser caracterizada a extinção ou a transferência de seu controle para governos estaduais.

Naquele contexto, eram definidas como empresas estatais uma ampla variedade de tipos: havia autarquias, fundações instituídas pelo poder público, empresas públicas, sociedades de

economia mista, suas subsidiárias, todas as empresas controladas direta ou indiretamente pelo governo federal, entidades que recebiam contribuições parafiscais ou transferências do orçamento da União e as que prestavam serviços de interesse público ou social (Relatório das atividades da SEST em 1981, p. 9).

De acordo com a previsão legal, poderiam ser desestatizadas naquele momento: as empresas que foram criadas pela iniciativa privada, mas acabaram passando ao poder público em função de dívidas ou situação semelhante; as originalmente federais, mas que não mais deveriam permanecer sob controle de administração federal por já existir setor privado suficientemente desenvolvido e em condições de exercer tais atividades; e as subsidiárias de empresas instituídas ou controladas direta ou indiretamente pela União, cuja existência não fosse indispensável à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora, realizando “desnecessária ou injusta” competição com as empresas privadas nacionais.

Para os casos em que não houvesse interesse da iniciativa privada nas empresas relacionadas ou que não fosse possível fazer a transferência para outras instâncias, o decreto previa que estas deveriam ser parcialmente desativadas ou completamente extintas. Aquelas que fizessem concorrência com o setor privado (e cuja privatização ou desativação não se conseguisse realizar) teriam suas atividades restritas e os investimentos limitados às estritas necessidades de sua viabilização econômica.

No decreto de 1981, estava escrito ainda que a política de privatização a ser acelerada naquele momento não deveria enfraquecer as empresas públicas consideradas de controle intransferível: as fundamentais para a segurança nacional, as que detivessem monopólios, as responsáveis por garantir o controle nacional do desenvolvimento ou por operações de infraestrutura econômica e social básica, bem como as produtoras de insumos de importância estratégica.

Três ministérios foram designados para dirigir, supervisionar e acelerar o processo: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN – que possuía status de ministério), o Ministério da Fazenda e o Ministério Extraordinário para a Desburocratização. A coordenação entre eles era atribuída ao primeiro. Antônio Delfim Netto estava à frente do primeiro, enquanto Ernane Galvêas e Hélio Beltrão chefiavam os seguintes.

Em sessenta dias, a contar do dia 15 de julho, os ministros responsáveis pelas três pastas deveriam entregar ao presidente da república uma relação de empresas que pudessem ser vendidas ou transferidas para o controle de estados e municípios.

Para elaborar o levantamento das empresas que poderiam e deveriam ser desestatizadas em 1981, cada um destes três ministros nomeou um representante e assim foi formada a “Comissão

Especial de Desestatização”. De acordo com o decreto número 86.215/81, os trabalhos da Comissão seriam encerrados em 12 meses, mas ela acabou funcionando por um período bem maior, com o prazo sendo prorrogado por decreto a cada ano, até 1986, sendo o último decreto, inclusive, publicado já no governo do presidente José Sarney (Decretos 87.405/82; 88.518/83; 89.910/84 e 91.216/85).

Ao longo dos anos do governo Figueiredo, a Comissão Especial de Desestatização foi composta por Paulo Niccoli, indicado pelo Planejamento, Mário Jorge Gusmão Bérard, representante da Fazenda, e João Geraldo Piquet Carneiro, nomeado pela Desburocratização. Como resultado dos seus trabalhos, no período entre setembro de 1981 e abril de 1984, 17 empresas foram privatizadas, 14 foram incorporadas, 9 foram extintas, 2 foram fundidas a outras empresas e 3 transferidas para governos estaduais. Havia empresas de setores bastante diversificados, como os de celulose e papel, estradas de ferro, produção de aço, metais, carvão e cimento, hotel, livraria, fábrica de tecidos, fertilizantes, petroquímica e processamento de dados, entre outros (SEST, 1983, p. 55-56).

Durante todo o processo e, até mesmo antes dele oficialmente ter início, houve o apoio e a divulgação entusiasta da grande imprensa escrita em relação ao projeto das desestatizações.

No jornal O Globo, por exemplo, em 13 de julho de 1981, dias antes ainda que o decreto que dispunha as normas para a desestatização fosse publicado, há uma notícia sobre a contenção das estatais cujo título anuncia uma frase dita pelo presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mario Amato: “É a coisa mais importante ocorrida neste País depois da liberação dos portos (1801 (sic), por D. João VI) às nações amigas”. Mais adiante, a notícia diz que o ex-presidente da Federação, Theobaldo De Nigris, também está muito feliz, “assim como todo o empresariado nacional diante da anunciada intenção do Presidente da República sobre as estatais” e transcreve a declaração dele, na qual afirma que: “Será um grande bem para o País, num momento de tantas dificuldades para todos” (O Globo, 13/07/1981, p. 10).

No jornal “Folha de São Paulo”, o jornalista Joelmir Beting possuía uma coluna no caderno de economia chamada “Notas Econômicas”. No dia mesmo em que o decreto número 86.215 foi publicado, 15/07/1981, a coluna inteira (presente na página 17 com o título de “A estatocracia”) é dedicada para o anúncio de que o texto será assinado no auditório do Itamarati, durante o 1º. Encontro Nacional da Desburocratização, e que o objetivo é proibir a criação de novas empresas estatais e abrir “fogo para a desativação de empresas e de órgãos públicos inventados por burocratas incompetentes para a realização de serviços desnecessários”. Reproduzindo falas de empresários que apoiavam a iniciativa, citou José Papa Junior, da Federação do Comércio de São Paulo, para quem o “capitalismo de Estado” já absorvia metade do PIB brasileiro, fazendo a festa dos “estatocratas”. E continua:

Não estatizar mais já é uma grande façanha, porque a estatização avança até por inércia, em nome da ocupação de espaços vazios, que eu prefiro chamar de espaços esvaziados. O diabo é que o setor público opera com baixa produtividade. Logo, estatizar metade da economia é perpetuar a baixa produtividade do sistema e inflacionar a vida da gente. O próprio governo acaba de fazer essa grande descoberta (Folha de São Paulo, 15/07/1981, p. 17).

No mesmo caderno de economia da Folha de São Paulo, no dia 17/07/1981, há nova matéria sobre as desestatizações, intitulada “Empresários aplaudem a medida”. Segundo a mesma, manifestações de aplauso e apoio ao presidente da república partiram de vários pontos do país. Dando voz ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, destaca que o mesmo considera promissora a decisão do governo de privatizar parte das empresas estatais:

Para ele, a ineficiência das estatais é uma das principais causas do desequilíbrio e descontrole do orçamento monetário. ‘Portanto, a iniciativa deverá beneficiar não só a população, como as empresas privadas, já que desaparecerá um dos principais fatores da inflação’ (Folha de São Paulo, 17/7/1981, p. 24).

Na sequência elogiosa da apresentação do projeto e de seus condutores, a sessão de economia do jornal O Globo trouxe, na página 23 de sua edição do dia 23 de julho de 1981, uma breve biografia apresentando os nomeados para compor a “Comissão Especial para a Desestatização”. Mário Bérard, alagoano de Maceió, é apresentado como secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda desde 1979, já tendo sido secretário de Planejamento, de Viação e Obras públicas, e secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, entre os anos de 1971 e 1975. O advogado carioca Piquet Carneiro foi professor de direito econômico da PUC-RJ e se dizia bastante interessado na discussão em relação à presença do Estado na economia. Além de consultor jurídico, também assessorava havia dois anos os projetos de desburocratização. Paulo Niccoli era descrito de maneira mais completa. Era o único que, além da profissão e da naturalidade, tinha também a informação da idade e do estado civil: “Paulista, 36 anos, casado, dois filhos, engenheiro e administrador de empresas” (O Globo, 23/07/1981, p. 23). Adiante, o jornal anunciava que Niccoli já atuava como subchefe do gabinete da secretaria-geral do Planejamento nos últimos dois anos, realizando análises que envolviam relações entre governo e empresas, e que, por isso, já estava acostumado a lidar com questões complexas. Além disso, na matéria, que não tem assinatura, ele é caracterizado como seguramente “um dos mais importantes personagens do processo de abertura política” e, ao final, vem a transcrição de seu discurso de defesa da iniciativa privada: “Sou um privatista. Nunca fui burocrata e sempre me senti um homem da iniciativa privada, embora isso não queira dizer que não vá defender com afinco os interesses do governo nas negociações de venda das estatais” (O Globo, 23/07/1981, p. 23).

Nas páginas do *Jornal do Brasil*, também é possível notar um tom elogioso à ideia de desestatizar. A matéria do dia 26 de agosto de 1981 tem o título “Privatização atinge logo 5 estatais” e seu texto esclarece que: “Pelo menos cinco empresas, das 44 integrantes da primeira lista de estatais privatizáveis, apresentam condições de serem negociadas imediatamente já a partir da próxima segunda-feira, quando o presidente Figueiredo aprovar a listagem” (*Jornal do Brasil*, 26/08/1981, p. 17). Mais adiante, o próprio periódico reconhece que não há mais detalhes porque as decisões ainda não tinham sido acordadas em relação aos critérios das vendas e às normas complementares ao decreto de privatização. O que se verifica, portanto, é que, antes mesmo dos trâmites e da listagem oficial ser divulgada e aprovada pelo presidente da república, o jornal procurava divulgar e noticiar de maneira entusiasta (o que se percebe com a escolha das palavras “logo” e “imediatamente”) a privatização de estatais.

Junto ao anúncio do programa de desestatização do Governo Figueiredo, a grande imprensa recorria a um apelo de autoridade, dando voz aos próprios donos dos jornais, aos ministros que participavam do projeto ou a representantes setoriais do empresariado. Não buscava saber a opinião dos trabalhadores ou de seus sindicatos, economistas contrários ou quem cerrava oposição ao projeto. No lugar disso, noticiava a desestatização como necessária, o projeto como acertado e a atuação do Estado na economia por meio das estatais como reprovável, quase criminosa, ou, pelo menos, grande responsável pela crise econômica que então era sentida no Brasil.

Assim, em 28/07/1981, a *Folha de São Paulo* citou o vice-presidente executivo do *Jornal do Brasil*, informando que M. F. do Nascimento Brito havia palestrado no dia anterior em veemente defesa da livre iniciativa, em um almoço oferecido pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA). Essa relação com a associação de anunciantes em torno desse tema não é fortuita e revela uma estratégia conjunta que estava sendo bem estruturada desde anos anteriores.

Em abril de 1980, foi criado o Movimento Nacional pela Livre Iniciativa (MNLI). Liderado pelo publicitário Héctor Brenner, realizava campanhas que tinham como objetivo, como o seu próprio nome diz, divulgar a defesa do sistema da livre iniciativa. Em dezembro de 1978, em uma conferência internacional de empresários, em Buenos Aires, Brenner comunicou a necessidade de se fazer um esforço conjunto para a realização de tais campanhas, no que foi atendido pelo Conselho Nacional de Propaganda brasileiro, organização que se dizia voluntária, apolítica e sem fins lucrativos, formada por anunciantes, agências de propaganda, veículos de comunicação e fornecedores de atividade publicitária. A partir daí, passaram a ser divulgados materiais elaborados pelo Movimento, com o incentivo dos maiores veículos de comunicação do país e o apoio de diversas entidades e empresas nacionais e transnacionais.

Além disso, nos encontros e congressos destes ramos, a defesa da livre iniciativa era também temática constantemente defendida. Por exemplo, no V Encontro de Propaganda de Brasília, realizado em 23 de outubro de 1980, segundo um documento do Sistema Nacional de Informações (SNI), Héctor Brenner falou do encerramento da primeira etapa da campanha do MNLI, ressaltando que a intervenção do Estado na economia era

“inconveniente e perigosa para um sistema econômico e político que se pretende descentralizado, que violenta os fundamentos da livre iniciativa, que consagra o papel da empresa privada, a qual foi relegada a um papel secundário, o que nos aproxima mais de uma economia de Estado do que de uma verdadeira economia de mercado” (Documento SNI, Agência B8P nº 017208, de 21 de agosto de 1985).

Ainda segundo o mesmo documento, Brenner considerava a criação da Comissão Especial de Desestatização uma conquista do MNLI e expressava uma evolução no que chamou de processo de conscientização nacional e reconquista de alguns espaços por parte da livre iniciativa.

A conquista destes espaços também era feita por articulação política. Na matéria do Jornal do Brasil, de 27 de outubro de 1982, consta o apelo feito por Brenner a empresários no sentido de que votassem em candidatos comprometidos “com a democracia, com a redução da participação e da tutela do Estado na economia”, nas eleições que ocorreriam em novembro daquele ano. A matéria mencionava ainda que o MNLI já havia publicado mais de três mil mensagens em 150 veículos de divulgação em defesa da iniciativa privada. E, sobre a fala de seu líder, diz que:

Em sua palestra, durante reunião da Associação de Dirigentes de Vendas no Brasil - onde fez um balanço dos três anos do movimento nacional pela livre iniciativa - o Sr Héctor Brenner reconheceu que o Presidente Figueiredo foi o único Presidente, nos últimos 40 anos, que promoveu a iniciativa privada (Jornal do Brasil, 27/10/1982, p. 17).

Os veículos de comunicação da grande imprensa seguiam o entendimento, enunciado pela liderança do MNLI, de que o presidente Figueiredo agia de maneira acertada e de que a criação da Comissão para acelerar as desestatizações era uma conquista. Atuavam, portanto, com ênfase na divulgação desses assuntos, visando a construção da “conscientização nacional”.

Em janeiro de 1982, a Folha de São Paulo dava voz mais uma vez ao membro da Comissão Especial de Desestatização, João Geraldo Piquet Carneiro. Em artigo nomeado “A desestatização desejável”, dizia: “No caso brasileiro, o excessivo intervencionismo regulatório, nutrido durante séculos de paternalismo estatal, resultou na ampliação desmesurada da máquina administrativa e na multiplicação dos controles que sufocam e esterilizam a atividade empresarial”, elaborando ainda que a empresa estatal devia ser privatizada não porque dava prejuízo ao governo, mas porque “se verificou

que ela é desnecessária ou concorre injustamente com o setor privado” e conclui com a sentença de que todos ganharão com a privatização:

Lucrará a sociedade, na medida em que se viabilize o controle administrativo e político sobre a atividade empresarial do Estado; lucrará a empresa privada nacional, em decorrência do alargamento do seu campo de atuação; lucrará, por fim, a própria empresa estatal necessária que, depurada do atual excesso de peso, poderá cumprir, com maior objetividade, seu verdadeiro destino (Folha de São Paulo, 05/01/1982, p. 3).

Algumas notícias tentavam dar uma estimativa matemática do tamanho desse lucro, como na que foi publicada pelo Jornal do Brasil, em 31 de março de 1982:

Este ano o Governo espera obter uma economia de Cr\$ 104 bilhões 891 milhões² através da privatização de 43 empresas estatais, informou o presidente da Comissão Especial de Desestatização, Paulo Roberto Niccoli. Essa economia, disse ele, refere-se apenas aos recursos que o Tesouro deixará de transferir para essas empresas, faltando ainda computar o total de recursos a ser obtido com a venda dessas companhias (Jornal do Brasil, 31/03/1981, p. 17)

Sempre que possível, adiantava-se um volume maior de privatizações que aconteceria no futuro como em “Governo privatiza mais 70 estatais”, em que o Jornal do Brasil assegurava que até o mês de julho de 1982 seriam definidos mais 70 nomes de empresas nas áreas de mineração, seguros, navegação, construção civil e financeira a serem privatizadas “para cumprir a meta do Presidente Figueiredo, da privatização (ou extinção de empresas estatais) de 150 até o final do Governo”. (Jornal do Brasil, 7/04/1982, p. 21).

No dia 10/04/1982, no editorial da Folha de São Paulo, publicado na página 2, onde estava a seção "Opinião" sem assinatura, havia a sentença apologética: "É hora de exigir o cumprimento das promessas governamentais de não mais intervir naqueles setores da economia onde a iniciativa privada é competente para atuar. É hora, em suma, de conter o expansionismo estatal”.

De tempos em tempos, reforçava-se um balanço do trabalho realizado e o que ainda estava por realizar, sempre ampliando o horizonte numérico de expectativas, como na notícia “89 estatais a caminho da privatização”, de 26 de dezembro de 1982, da Folha de São Paulo:

Em um ano e meio de atividades a Comissão Especial de Desestatização já alcançou, em diversos níveis 89 das 140 empresas que pretende atingir até julho do próximo ano. Desse total, 13 foram efetivamente vendidas ao setor privado, entre elas a Cia América Fabril, a Cia Química do Recôncavo, o Grupo RioCell e a fábrica de tecidos Dona Isabel (Folha de São Paulo, 26/12/1982, p. 27).

² Através da calculadora desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que atualiza os valores segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esta quantia corresponde a R\$ 14.081.230.130,89, em valores atualizados de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=calculadora-do-ipca>, acessado em 14/10/2022.

Exemplo no mesmo sentido é visto na edição do *Jornal do Brasil*, de 25 de abril de 1983, onde está escrito que desde o início do programa de desestatização, 27 casos já haviam sido solucionados, com a privatização de 14 empresas, vendidas pelo governo por Cr\$ 30 bilhões³. Acrescentava que: “com uma lista de mais 30 nas mãos, o Secretário Executivo do Programa Nacional de Desburocratização, advogado João Geraldo Piquet Carneiro, pretende elevar essa importância para Cr\$ 60 bilhões⁴, apesar da crise econômica” (*Jornal do Brasil*, 25/04/1983, p. 13).

Nem sempre havia concordância no número das empresas alcançadas ou a serem atingidas, mas percebe-se uma necessidade de documentar que o processo estava em curso e que no futuro as conquistas seriam maiores.

Em fevereiro de 1983, o *Jornal do Brasil* prosequia nas informações relacionadas ao tema, e informava que a Comissão Especial de Desestatização ganharia mais três técnicos, sendo o primeiro deles José Pais Rangel, e que continuaria no âmbito do Ministério do Planejamento, onde se manteve até o final do governo Figueiredo (*Jornal do Brasil*, 12/2/1983, p. 20). Este tipo de divulgação nos dá a dimensão de que o assunto é considerado importante pelos editores do periódico e qualquer mudança ou continuidade era passível de ser noticiada.

Outro momento em que se vê importante tentativa de imposição de um consenso em torno da desestatização como necessária ao país aconteceu em maio de 1983. Nesta ocasião, a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento (ANBID) fizeram circular nos grandes jornais um “esclarecimento público” de quase uma página inteira, nomeado de “A nação na defesa da livre iniciativa repudia a estatização”. Eles faziam referência à estatização bancária, mas reuniam depoimentos de distintos empresários, presidentes de sindicatos patronais, ex-ministros da economia, e até mesmo do presidente da Comissão Especial de Desestatização, concluindo que:

“Diante da ameaça que pairou sobre o sistema da livre iniciativa no Brasil, com o malogrado projeto da estatização das instituições financeiras, o País inteiro, como uma só voz, se levantou na defesa da nossa mais cara instituição econômica, através de suas lideranças mais expressivas. O sistema de mercado, da livre empresa, foi defendido pela imprensa, por

³ Através da calculadora desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que atualiza os valores segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esta quantia corresponde a R\$ 908.522.577,97, em valores atualizados de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=calculadora-do-ipca>, acessado em 14/10/2022.

⁴ Através da calculadora desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que atualiza os valores segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esta quantia corresponde a R\$ 1.817.045.155,94, em valores atualizados de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=calculadora-do-ipca>, acessado em 14/10/2022.

representantes de entidades, pelas vozes mais significativas de todos os nossos extratos políticos, econômicos e sociais, numa maciça e impressionante demonstração de coerência, convicção e firmeza” (Última Hora. 11/05/1983, p. 3).

Descontando-se os exageros do comunicado, o que se verifica é que ao se declararem publicamente contra a estatização bancária, os empresários reunidos nestas entidades acabam fazendo coro à necessidade de se desestatizar a economia, em elogio à empresa privada. E fariam isso por dias seguidos, visto que no dia seguinte, dia 12 de maio, houve uma publicação também de página inteira no Jornal do Brasil intitulada “A opinião pública e o projeto de estatização dos bancos”, no primeiro caderno, patrocinada pelas mesmas entidades do comunicado do dia anterior.

Nesta, fizeram a transcrição de editoriais de grandes jornais brasileiros se opondo ao projeto de estatização dos bancos e os denominavam de “intérpretes legítimos da opinião pública do país” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5). Lendo os editoriais, percebe-se que houve um projeto de lei, nº 368/83, de autoria do deputado Nilson Gibson, do Partido Democrático Social (PDS), que tinha como objetivo estatizar bancos nacionais e agências de bancos estrangeiros que operavam no país, ao que os veículos de comunicação se opuseram firmemente. O editorial do Estado de São Paulo fez declaração indignada com tal proposta, afirmando que havia “focos conspirativos no Executivo e no Legislativo, preocupados em destruir a livre iniciativa e em criar a situação irreversível para o governo brasileiro (...) em vez de trazer a tranquilidade à comunidade empresarial e à toda nação” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5). Já a opinião da Gazeta Mercantil denunciava que o deputado parecia se aproximar da filosofia política do Partido dos Trabalhadores, empunhando uma bandeira “completamente estranha ao seu partido, comprometido, aliás, com as iniciativas da desestatização tomadas pelo Governo Figueiredo” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5). A Folha de São Paulo disse que o tema exigia a atenção de todos que se interessavam pela “sobrevivência do que resta de iniciativa privada neste país” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5). O próprio Jornal do Brasil acompanhou o tom desesperado:

“Não é possível que esse deputado não tenha aprendido a elementar lição de que as caldeiras da inflação são alimentadas hoje pelas despesas públicas. Sem eficiência e com os altos custos a que se acostumou, o princípio da estatização da economia se desacreditou definitivamente. Na hora em que se procura corrigir, mediante grandes sacrifícios, (...) o erro da aventura da estatização, um Deputado – e logo do PDS – propõe a insensatez como solução” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5).

A seguir, estabelece uma relação direta entre empresa privada e liberdade, bem como entre estatismo e autoritarismo: “Continua a necessidade de se fazer em definitivo a escolha entre o regime de produção privada e a economia estatal. Ou seja, politicamente, entre a liberdade e o autoritarismo” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5). O Jornal O Globo categorizava a tentativa como um quadro de absurdos, uma vez que não era possível acontecer uma reviravolta tão radical nas diretrizes de política

econômica do Governo Figueiredo, cujos compromissos desestatizantes estariam “sendo cumpridos à risca” e recebendo “confirmações categóricas do Presidente da República” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5). O Jornal do Comércio reforçava que seria um absurdo se o presidente Figueiredo, conhecidamente contra a estatização, “viesse agora nesta altura da crise mudar de ideia para sustentar um projeto ousadamente estatizante” (Jornal do Brasil, 12/05/1983, p. 5).

No dia seguinte, dia 13 de maio, o Jornal do Brasil trouxe nova matéria paga, com trechos retirados de reportagens de vários jornais em dias anteriores, cujo título era: “A respeito do projeto de estatização das instituições financeiras o Presidente Figueiredo foi incisivo: Não conheço, não aprovo, sou contra” (Jornal do Brasil, 13/05/1983, p. 5).

O projeto de lei não se transformou em lei, mas é possível verificar neste episódio a atuação conjunta da grande imprensa nacional, em divulgação e defesa da desestatização e a constatação de que, para eles, o governo Figueiredo era um governo comprometido com o assunto e, portanto, elogiável.

Ao longo dos anos, podemos acompanhar a sequência de notícias que seguem o mesmo tom. É o caso da notícia de 01 de novembro de 1984, no Jornal O Globo, em que se dizia que a desestatização de empresas já havia rendido à União Cr\$ 500 bilhões⁵. Nesta nota, ficamos sabendo ainda que Paulo Niccoli, além de Presidente da Comissão Especial de Desestatização, era também presidente do Cebrae - Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Jornal O Globo, 01/11/1984, p. 16).

O método de cálculo utilizado para encontrar o resultado do rendimento financeiro das desestatizações não era apresentado e cifras diferentes eram apresentadas, às vezes em um mesmo jornal, com um espaço de tempo curto. Por exemplo, em 25 de fevereiro de 1985, o Jornal O Globo apresenta quase o dobro da vantagem financeira que tinha divulgado três meses antes, em matéria que tem o título “Venda de estatal é economia de trilhão”, cujo texto integral é o seguinte:

Até o dia 15 de março, o Governo pretende transferir o controle do Grande Hotel Blumenau, hoje em poder do Ministério da fazenda. Os editais chamando interessados acabam de ser publicados. Concretizada a venda, fecha-se um ciclo de venda de 50 desestatizações no Governo Figueiredo, processo que resultou numa economia de Cr\$ 1 trilhão⁶. Para Tancredo Neves, que deverá prosseguir na linha de venda de empresas públicas, ficará uma lista com

⁵ Através da calculadora desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que atualiza os valores segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esta quantia corresponde a R\$ 2.832.116.577,39, em valores atualizados de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=calculadora-do-ipca>, acessado em 14/10/2022.

⁶ Através da calculadora desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que atualiza os valores segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esta quantia corresponde a R\$ 4.095.077.152,33, em valores atualizados de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=calculadora-do-ipca>, acessado em 14/10/2022.

mais de 70 nomes, entre os quais Caraíba Metais e Acesita, além de um estudo apontando a possibilidade de desestatização de mais 120 entidades estatais (fundações, autarquias, etc.) muitas das quais exercendo atividades semelhantes e aumentando o déficit público (Jornal O Globo, 25/02/1985, p. 2).

Aproximando-se o fim do governo Figueiredo, outras matérias sugeriam a continuidade do programa. A página 18 do jornal O Globo de 12/04/85 informava que a minuta do decreto que prorrogava a existência da Comissão Especial de Desestatização já estava pronta para ser assinada por Sarney e que esta seria mantida no mesmo nível hierárquico, subordinada aos Ministérios do Planejamento e da Desburocratização (O Globo, 12/04/1985, p. 18).

Considerações Finais

Acompanhando todas as notícias selecionadas, percebe-se claramente o tom elogioso e a tentativa de qualificar a desestatização como solução dos problemas econômicos brasileiros e fonte de poupança ou arrecadação de recursos. É muito difícil apreender efetivamente qual era o alcance de tal divulgação na sociedade daquele período. Quantos liam os cadernos de economia ou compreendiam adequadamente o vocabulário rebuscado muitas vezes utilizado nas notícias sempre será um grande desafio descrever. Mesmo assim, o que se vê com as transcrições feitas acima é uma intenção orquestrada e claramente parcial de apoiar o programa de desestatização. Colocando-se como “intérpretes legítimos” da opinião pública e falando em nome dos interesses de toda a nação, os periódicos da grande imprensa no início da década de 1980 começaram a colocar o enxugamento do Estado como pauta, encaminharam o debate e apresentaram a solução. A partir daí, o tema vai transbordando para outros meios de comunicação de maior alcance, como a televisão, por exemplo, que tinham, quando não os mesmos donos dos jornais impressos, pessoas que pertenciam ao mesmo grupo social e partilhavam dos mesmos diagnósticos e interesses.

A imprensa apoiou o projeto porque lhe interessava, não porque o fizesse de modo forçado. Seus interesses econômicos eram contemplados por ele e, talvez, sua idealização tenha até mesmo partido de uma pressão de empresários (incluindo os de mídia) sobre o governo. As questões políticas ficavam em segundo plano e o pragmatismo de impor ou ver sua pauta contemplada pelo governo instituído se revelava mais importante. Neste sentido, importava menos a distinção entre um governo democrático ou ditatorial, desde que houvesse garantia da manutenção de seus interesses econômicos. Elogiava-se a figura do presidente Figueiredo e reforçava-se a sua preocupação com o que chamavam de melhorar o país. Ao mesmo tempo, tratava-se de garantir que o governo que assumisse após a transição continuaria contemplando os mesmos interesses.

É importante notar o contexto internacional de afirmação das ideias conhecidas como neoliberais nas décadas de 1970 e 1980. Este conjunto de ideias, construído para criticar as concepções da social-democracia e do socialismo soviético, foram formuladas, pelo menos, desde a década de 1940. Mas, como demonstra o historiador Perry Anderson, em um vigoroso balanço analítico do neoliberalismo, foram mantidas no campo restrito à teoria por aproximadamente trinta anos. Isso porque as práticas a que se opunham até então alcançavam êxito. Foi diante da crise econômica da década de 1970 que as ideias neoliberais passaram a ganhar cada vez mais concretude e se transformar em política econômica. O Chile, sob a ditadura do general Augusto Pinochet, foi a primeira experiência sistemática de implantação do neoliberalismo no mundo, em 1973. Com a âncora teórica de Milton Friedman e os “Chicago boys”, o país promoveu a desregulação da economia, a repressão sindical, a redistribuição da renda em favor dos mais ricos, privatizou os bens públicos e alcançou um índice de desemprego massivo. Outros exemplos paradigmáticos foram os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos, inspirados nas formulações do teórico Friedrich Hayek. Na Inglaterra, a partir de 1979, o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher pôs em prática o programa neoliberal. Em 1980, nos Estados Unidos, Ronald Reagan foi eleito e também seguiu o prognóstico de redução de impostos em favor dos mais ricos, elevação das taxas de juros e repressão de trabalhadores. A partir destas experiências, as práticas neoliberais foram sendo aplicadas por governos de distintas orientações políticas, em todo o mundo (ANDERSON, 1995).

Foi neste contexto geral, de afirmação da hegemonia neoliberal, que as privatizações no Brasil tiveram seu início. E não foi apenas no campo da argumentação. Monica Piccolo estudou o longo caminho de implementação do neoliberalismo no Brasil. Segundo a autora, é possível ver essa pavimentação de modo lento e gradual desde o início da ditadura militar, com a ocupação de agências econômicas centrais – como o Banco Central, o Banco do Brasil, o BNDE e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento – por agentes que criaram mecanismos facilitadores para o triunfo do neoliberalismo que aconteceria décadas depois. Neste viés, a mesma reforçou que no governo Figueiredo houve o primeiro instrumento legal de normatização das privatizações, o ponto de origem que influenciou as que aconteceram depois. Existia uma especificidade nesse projeto de privatização, se comparado ao que ganhou espaço nas décadas posteriores: havia ainda forte concepção da atuação estatal marcada pela Doutrina de Segurança Nacional e pelo nacionalismo, sendo excluídas da possibilidade de venda as empresas que fossem “fundamentais para a viabilização não só do desenvolvimento do setor privado como também para o controle nacional do processo de desenvolvimento” (PICCOLO, 2010, p. 189).

Mesmo assim, ela reconhece que os dispositivos legais então instituídos foram “iniciativas fundamentais para o estabelecimento do arcabouço jurídico e institucional do futuro Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor e mesmo até do Governo Fernando Henrique” (PICCOLO, 2010, p. 178). Mesmo tendo uma dimensão restrita, o programa de desestatização do Governo Figueiredo foi importante para “o fortalecimento do projeto privatista a ser implementado pelos governos posteriores” (PICCOLO, 2010, p. 193).

Neste sentido, a atuação da imprensa em relação ao programa de desestatizações do Governo Figueiredo foi importante para a construção de sua aceitação e também facilitou a recepção do projeto privatista que veio na sequência. A massiva divulgação da solução desestatizante através dos meios de comunicação tornou cada vez mais familiar a utilização das palavras privatização e desestatização, servindo à tentativa da construção de um consenso em relação à ideia de que um Estado enxuto é sinônimo de uma economia melhor. Tentava-se convencer que a liberdade econômica e a valorização das empresas privadas eram a garantia da verdadeira democracia. A grande imprensa nacional da década de 1980 ajudava a construir afetos favoráveis à construção do neoliberalismo no país, revelando-se um importante instrumento para legitimar esta doutrina no campo econômico, o que ganharia uma amplitude ainda maior no futuro.

Glossário

Desburocratização - Durante o governo Figueiredo, foi criado um Ministério Extraordinário para a Desburocratização e lançado um Programa Nacional com o mesmo objetivo. A própria criação do Ministério extraordinário para a desburocratização e a publicação de seu Programa Nacional de Desburocratização ainda no ano de 1979 já haviam sido medidas tomadas com objetivos que iam no mesmo sentido. Partia-se da premissa de que o governo exigia dos cidadãos e das empresas muita burocracia, esta entendida como um excesso de registros, certidões e atos para demonstrar idoneidade que eram exagerados ou desnecessários. Além disso, as decisões seriam excessivamente centralizadas. De acordo com este entendimento, era necessária uma reorganização, flexibilização e a eliminação da necessidade de tantos ritos. Em 1967, havia sido aprovada a lei nº 200 que previa uma reforma administrativa. Mas, de acordo com o ministro Hélio Beltrão, tais esforços foram interrompidos em 1969. Dez anos depois, retomava-se a intenção de avançar na desburocratização. Nas palavras do ministro:

O Programa Nacional de Desburocratização tem entre seus objetivos expressos ‘reduzir a interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário’ assim como “fortalecer o sistema de livre empresa”. Estamos sinceramente convencidos de que a manutenção do

regime de livre empresa entre nós depende, fundamentalmente, da sobrevivência da pequena empresa, que constitui, de fato, a matriz do sistema. (BELTRÃO, 1981, p. 97).

De alguma forma, a desestatização também estava inserida neste projeto de desburocratizar, uma vez que diminuía o poder do Estado, fosse político e administrativo ou econômico.

Desestatização - Utilizado como um sinônimo de privatização no início da década de 1980, desestatizar significava diminuir a participação do Estado na economia, reduzindo o número de empresas estatais. Poderia ser feita com a venda das mesmas à iniciativa privada, a sua transferência para os governos estaduais ou sua desativação.

Fontes consultadas nos Acervos dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo, disponíveis nos respectivos sites. A legislação citada pode ser encontrada na página: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acessado em 01/07/2022.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In FICO, Carlos et al. (Orgs) **40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, pp 15-25.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BELTRÃO, H. **Programa nacional da desburocratização**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 3, p. 92 a 119, 1981. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11600>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL, Decreto 86.215/1981.

BRASIL, Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). Relatório Anual, 1983.

DUARTE, Cecília Rabello. Imprensa e Redemocratização no Brasil. **Dados- Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 26, número 2, 1983, pp. 181-195.

HABERMAS, Jünger. Comunicação, opinião pública e poder. In: **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Ed. Unesp, 1990, pp. 187-200.

KUSHNIR, Beatriz. Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In FICO, Carlos et al. (Orgs) **40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, pp. 80-90.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos ibero-americanos**. Porto Alegre, volume 43, número 2, maio-agosto 2017, pp. 346-366.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação - um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Dênis de. RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólio à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, pp. 53-70.

PICCOLO, Monica. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. In: **Cultura e Materialismo**. São Paulo, Ed. Unesp, 2011, pp. 69-86